

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.574.477 - SP (2019/0258807-7)

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : MARIA ÉGIA CHAMMA  
**ADVOGADOS** : ROGÉRIO ALEIXO PEREIRA E OUTRO(S) - SP152075  
VÂNIA ALEIXO PEREIRA CHAMMA AUGUSTO - SP182576  
**AGRAVADO** : FAZENDA NACIONAL  
**INTERES.** : PLUS MARKET REPRESENTACOES MERCADO E CONSUMIDOR  
LTDA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

### DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por MARIA ÉGIA CHAMMA, mediante o qual se impugna decisão que inadmitiu seu Recurso Especial, esse tirado de acórdão, promanado do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO. ART. 557, §1º, DO CPC. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO. PRESCRIÇÃO. INOCORRENTE. REDIRECIONAMENTO. REQUISITOS PREENCHIDOS. AGRAVO DESPROVIDO.

I. Quanto à ocorrência da prescrição, a agravante não desconstituiu os argumentos invocados na decisão recorrida. A simples afirmação de que a declaração juntada de forma unilateral pela exequente não se mostra apta a comprovar a higidez do crédito tributário, não desnatura o dantes afirmado. Ademais, a via eleita não se mostra adequada a complemento de prova apta a retirar a presunção de legitimidade ínsita dos atos administrativos.

II. É de se reconhecer que a decisão recorrida observou o entendimento consolidado no âmbito do E. STJ, quanto ao marco interruptivo da prescrição.

III. Registre-se que os elementos probatórios aptos a justificar o redirecionamento da ação executiva aos sócios em: prévia citação da pessoa jurídica, Juízo da execução não garantido, empresa não localizada pelo Oficial de Justiça em seu atual domicílio fiscal, presumindo-se sua dissolução irregular, requerimento de redirecionamento a atuais sócios com poderes de administração, integrantes do quadro societário, e que à época do fato gerador da obrigação tributária exerciam a administração da sociedade, assinando pela empresa.

IV. *In casu*, estão presentes todos os pressupostos necessários para

# Superior Tribunal de Justiça

fins de redirecionamento da ação executiva ao ora agravante, Maria Égia Chamma. Isso porque consta da ficha cadastral da JUCESP (fls. 90/94) que a agravante estava presente tanto quando do advento do fato gerador, quanto da época da dissolução dita irregular.

V. Agravo desprovido" (fls. 318/319e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 326/335e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial (fls. 572/601e), manejado com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, a existência de divergência jurisprudencial e de ofensa aos arts. 162, §§ 1º e 2º, 219, §§ 1º e 5º, 267, VI e § 3º, 269, 333, 513, 522, 535, II, do CPC/73; 193 e 1.052 do Código Civil; 7º, I, 8º, III e IV, da Lei 6.830/80; 134, VII, e 135, I e III, do CTN; e 174, I, do CTN.

Sustenta, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"A recorrente ventitou ao Tribunal *a quo* que:

- a) o v. acórdão foi OMISSO quanto ao fato de que não há qualquer documento válido que demonstrasse a constituição do débito na data afirmada pela recorrida, de modo que deveria ter sido considerada a data em que ocorreu o vencimento do tributo;
- b) o v. acórdão foi ainda OMISSO quanto a alegação de que, ainda que se considerasse como marco inicial da prescrição as datas de 29/10/1999 e 24/07/2003, a prescrição teria ocorrido, unia vez que a citação efetiva no presente caso ocorreu apenas em 22/06/2012, ou seja, todos os débitos tributários constituídos anteriormente a 22/06/2007 estariam prescritos;
- c) o v. acórdão ainda foi OMISSO no que diz respeito à pesquisa realizada perante a JUCESP, na qual resta demonstrado que inexistente informação de que a empresa Plus-Market tenha encerrado suas atividades, tampouco de que se encontra inativa;
- d) o v. acórdão também foi OMISSO quanto ao fato de que, se a recorrente havia voltado a ser a sócia da empresa, era imprescindível que fosse realizada a sua citação como administradora da pessoa jurídica para que, uma vez frustrada diligência, aí sim, pudesse ser promovida a citação via edital (arts. 231, 232 e 233 do CPC) e não ser incluída imediatamente no polo passivo da ação, como ocorreu;
- e) o v. acórdão foi OMISSO quanto ao fato de que o Código Tributário Nacional (art. 134, inciso VII) que prevê a responsabilidade solidária do sócio apenas no caso em que houver a 'impossibilidade de cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte' e 'quando houver a liquidação da sociedade de pessoas' ou a sua

# Superior Tribunal de Justiça

responsabilização direta (art. 135, inciso I do CTN) apenas quando houver a comprovação de que foram praticados atos 'com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos';

f) o v. acórdão foi OMISSO quanto ao fato de que, antes de que o alcance do patrimônio do sócio antes de preenchidos os requisitos contidos no art. 134, inciso VII ou 135 inciso I do CTN, constituindo nítida violação a limitação da responsabilidade contida no art. 1052 do Código Civil;

g) por fim, o v. acórdão ainda foi OMISSO quanto ao fato de que o nome da recorrente foi incluído na Execução Fiscal sem que houvesse qualquer apuração aprofundada de sua conduta para verificação se a mesma se enquadraria naquelas descritas no art. 135, III, do CTN.

Todavia, sem qualquer análise da questão, o Tribunal de origem limitou-se a afirmar que não havia qualquer vício no r. acórdão recorrido, sendo que a recorrente pretendia apenas demonstrar a sua insurgência com o julgado, algo descabido no objeto dos embargos de declaração" (fls. 344/346e).

Aduz, também, que:

"(...) no caso *sub judice*, como restou fixado pelas instâncias fáticas, não cumprida a 1ª citação da empresa, ao invés de determinar a citação da empresa no endereço da sócia representante, a recorrente, após a sua reintegração a sociedade, a Fazenda Nacional requereu de imediato sua a inclusão no pólo passivo.

Ou seja, não houve tentativa de citação da empresa executada na pessoa da representante legal.

E entendeu o v. acórdão ora recorrido que tal fato não desconstituiria o redirecionamento da Execução Fiscal, uma vez que a empresa não teria sido localizada no seu endereço fiscal.

Pois bem, nesse sentido, cabe esclarecer que entende de modo totalmente diverso a jurisprudência pátria, que já expôs o seu entendimento na linha de que, na Execução Fiscal, é preciso o esgotamento de todos os meios para a citação do devedor e que é inválido o redirecionamento para os sócios se o ato citatório não for regular:

(...)

Em outras palavras, nos termos da correta interpretação jurídica dos arts. 219, § 1º e § 5º do CPC e art. 7, inciso I, 8º, incisos III e IV, todos da Lei nº. 6.830/80, art. 134, inciso VII e 135, incisos I e III do CTN e art. 1052 do CC, não pode ser redirecionada a execução para

os sócios se a citação da pessoa jurídica não for feita de modo adequado.

E isto foi exatamente o que aqui ocorreu, pois citação da pessoa jurídica se deu na pessoa de sócio que foi excluído da sociedade!

Com efeito, se foi reconhecida judicialmente a ilegitimidade da sócia Ozaída para constar no quadro de sócios da pessoa jurídica, não há dúvidas de ela que não possuía condições para representá-la em juízo.

Quem possuía tal legitimidade, a bem da verdade, era a recorrente, que nunca foi procurada para fins de citação.

Em outras palavras: a pessoa jurídica nunca foi efetivamente procurada para ser citada o que, nos termos do arts. 219, § 1º e 5º do CPC e art. 7, inciso I, 8º, incisos III e IV, todos da Lei nº. 6.830/80, art. 134, inciso VII e 135, incisos I e III do CTN e art. 1052 do CC, torna absolutamente indevido o redirecionamento realizado.

Ademais, o art. 134, inciso VII do CTN prevê a responsabilidade solidária do sócio apenas no caso em que houver a 'impossibilidade de cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte' e 'quando houver a liquidação da sociedade de pessoas' ou a sua responsabilização direta e o art. 135, inciso I do CTN dispõe quanto a responsabilidade do sócio apenas quando houver a comprovação de que foram praticados atos 'com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos'.

E a inclusão direta da recorrente no pólo passivo da execução, antes de preenchidos os requisitos contidos no art. 134, inciso VII ou 135 inciso I do CTN também constitui nítida violação a limitação da responsabilidade contida no art. 1052 do Código Civil, bem como a personalidade autônoma das pessoas jurídicas.

Ora, não há dúvidas de que aqui não ocorre nenhuma das hipóteses do art. 134 ou 135 do CTN, pois: a) não houve a comprovação de impossibilidade de cumprimento da obrigação pela empresa executada, pois sequer foi realizada sua citação e; b) não houve no acórdão ora recorrido qualquer menção de que foram praticados atos pela recorrente que exorbitassem sua competência.

Cumpre salientar ainda que, como consta no v. acórdão ora vergastado, a recorrente foi incluída na execução fiscal sem que houvesse qualquer apuração aprofundada, no qual restasse comprovado que a conduta da mesma se enquadra naquelas descritas no art. 135, III, do CTN.

Demais a mais, sequer pode ser aplicada a norma contida no art. 132, da Lei nº. 8.620/93, pois o CTN, em seu art. 106, inciso II, alínea 'c', prevê que a lei tributária incide sobre o fato pretérito quando lhe

# *Superior Tribunal de Justiça*

comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.

Ou seja, prevalece aqui a retroatividade da revogação do art. 13, da Lei n°. 8.620/93, pela Lei n°. 11.941/2009, ainda que a Execução Fiscal tenha sido proposta antes de sua vigência, afastando qualquer responsabilidade solidária a ser atribuída a agravante.

Sendo assim, pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, requer seja PROVIDO o presente recurso especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido por violação aos arts. 219, § 1º e § 5º do CPC e art. 7, inciso I, 8º, incisos III e IV, todos da Lei n°. 6.830/80, art. 134, inciso VII e 135, incisos I e III do CTN e art. 1052 do CC, de modo que se determine a nulidade da citação realizada na origem e, consequentemente, se reconheça a impossibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra a recorrente" (fls. 357/361e).

Afirma, outrossim, que a Fazenda Nacional não teria comprovado o marco inicial da prescrição, pois teria deixado de juntar aos autos cópia do auto de infração lavrado.

Requer, ao final:

"a) pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se ANULE o acórdão recorrido por violação ao art. 535, inciso II do CPC, para que se remeta os autos para o egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região de modo que se manifeste sobre as questões omissas;

b) pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido por violação aos arts. 162, §1º e §2º, 267, 269, 513, 522 e 795 do CPC, de modo que se dê provimento ao agravo de instrumento interposto na origem e, consequentemente, seja julgada extinta a Execução Fiscal n°. 0001581-50.2004.8.26.0280 (280.01.2004.001581-0) e apensos;

c) se superada essa questão, requer, ainda pela alínea 'c' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido fazendo-se prevalecer o entendimento esposado pelo acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região quanto a aplicação do aos arts. 162, §1º e §2º, 267, 269, 513, 522 e 795 do CPC para que de modo que se dê provimento ao agravo de instrumento interposto na origem e, consequentemente, seja julgada extinta a Execução Fiscal n°. 0001581-50.2004.8.26.0280 (280.01.2004.001581-0) e apensas;

# *Superior Tribunal de Justiça*

d) pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido por violação aos arts. 219, § 5º e 267, inciso VI e §3º do CPC e 193 do CC, de modo que se acolha a exceção de pré-executividade oposta na origem, por ser manifestamente cabível;

e) se superada essa questão, requer, ainda pela alínea 'c' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido fazendo-se prevalecer o entendimento esposado pelo acórdão paradigma do Superior Tribunal de Justiça quanto a aplicação do aos arts. 219, § 5º e 267, inciso VI e §3º do CPC e 193 do CC, de modo que se acolha o exceção de pré-executividade oposta na origem, por ser manifestamente cabível;

f) por fim, pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, requer seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido por violação aos arts. 219, § 1º e § 5º do CPC e art. 7, inciso I, 8º, incisos III e IV, todos da Lei nº. 6.830/80, art. 134, inciso VII e 135, incisos I e III do CTN e art. 1.052 do CC, de modo que se determine a nulidade da citação realizada na origem e, consequentemente, se reconheça a impossibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra a recorrente;

g) se superada essa questão, requer, ainda pela alínea 'c' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido fazendo-se prevalecer o entendimento esposado pelo acórdão paradigma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região quanto à aplicação do aos arts. 219, § 1º e § 5º do CPC e art. 7, inciso I, 8º, incisos III e IV, todos da Lei nº. 6.830/80, art. 134, inciso VII e 135, incisos I e III do CTN e art. 1052 do CC, de modo que se determine a nulidade da citação realizada na origem e, consequentemente, se reconheça a impossibilidade de redirecionamento da execução fiscal contra a recorrente;

h) por fim, pela alínea 'a' do inciso III do art. 105 da CRFB/88, requer seja PROVIDO o presente Recurso Especial para que se REFORME o v. acórdão recorrido por violação aos arts. 174, inciso I do CTN e arts. 333, incisos I e II do CPC, para que se reconheça a prescrição quanto: a) Inscrição em Dívida Ativa nº. 80.6.06.184055-66, os débitos oriundos da COFINS das competências de 01/01/1998, 0110211998, 01/03/1998, 01104/1998, 01/0511998, 01/06/1998, 01/07/1998, 01108/1998, 01/09/1998, 01/10/1998, 01111/2998, 01/12/1998, em 10/02/2003, 10/03/2003, 08/04/2003 08/05/2003,

# Superior Tribunal de Justiça

10106/2003, 10/07/2003, 10/08/2003, 10/09/2003 09/10/2003, 10111/2003, 10/12/2003, 08/01/2004; b) quanto a Inscrição em Dívida Ativa n°. 80.7.06.048140-24, relativo aos débitos oriundos de PIS /PASEP das competências de 01/11/1998, 01/12/1998, em 15/12/2003 e 18/01/2004; c) em relação a Execução Fiscal n°. 280.01.2004.001581-0, quanto a Inscrição em Dívida Ativa n°. 80.2.03.024737-08, os débitos relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica das competências de 1998/1999, em 31/07/2003, 31/08/2003 30/09/2004, 29/01/2004, 27/02/2004 e 31/03/2004; d) por fim, na Execução Fiscal n°. 280.01.2004.001582-2, quanto a inscrição em Dívida Ativa n°. 80.6.03.067465-46, os débitos relativos a Imposto de Renda de Pessoa Jurídica da competência de 1998/1999, em 31/07/2003, 31/08/2003, 30/09/2003, 29/01/2004, 27/02/2004, e 31/03/2004, como medida da mais pura e lúdima JUSTIÇA!" (fls. 367/370e).

Contrarrazoado (fls. 395/405e), o Recurso Especial teve seguimento negado, em relação ao tema da prescrição e, no mais, restou inadmitido, o que ensejou a interposição de Agravo (fls. 430/446e).

Contramina às fls. 450/454e.

O recurso não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, toda a argumentação da ora recorrente foi rechaçada, de forma suficiente e fundamentada, no âmbito do Tribunal de origem, com base em duas premissas: a) que, levando-se em conta o termo inicial de prescrição, constante da CDA (data essa que, aliás, não mais pode ser objeto de discussão, em Especial, dada a vedação contida na Súmula 7/STJ), não teria sido ultrapassado o prazo fatal para a cobrança dos tributos; b) que a dissolução irregular da sociedade empresária, devidamente atestada por Oficial de Justiça, autorizaria o imediato redirecionamento da execução fiscal, em desfavor dos sócios-gerentes.

A primeira questão não pode ser reexaminada, na presente via recursal, considerando que o Especial, no ponto, teve seguimento negado, no Tribunal **a quo**.

Quanto à segunda questão, a jurisprudência do STJ está pacificada, no âmbito da Primeira Seção, no sentido de que a certidão lavrada por Oficial de Justiça, a atestar o não funcionamento da empresa no local declarado nos registros fiscais, é indício suficiente para caracterizar, num primeiro momento, sua dissolução irregular. Tal fato autoriza, assim, o imediato redirecionamento da Execução Fiscal, em face dos sócios-gerentes da sociedade executada.

Senão, vejamos:

**"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA QUE INFORMA NÃO TER ENCONTRADO A EMPRESA NO ENDEREÇO INDICADO PELO FISCO PARA CITAÇÃO. REDIRECIONAMENTO. PRESUNÇÃO 'JURIS TANTUM' DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR. ART. 135, DO CTN. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 435/STJ.**

1. Em execução fiscal, certificada pelo oficial de justiça a não localização da empresa executada no endereço fornecido ao Fisco como domicílio fiscal para a citação, presume-se (*juris tantum*) a ocorrência de dissolução irregular a ensejar o redirecionamento da execução aos sócios, na forma do art. 135, do CTN. Precedentes: EREsp 852.437/RS, Primeira Seção. Rel. Min. Castro Meira, julgado em 22.10.2008; REsp 1343058/BA, Segunda Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 09.10.2012.

2. É obrigação dos gestores das empresas manter atualizados os respectivos cadastros junto aos órgãos de registros públicos e ao Fisco, incluindo os atos relativos à mudança de endereço dos estabelecimentos e, especialmente, os referentes à dissolução da sociedade. Precedente: EREsp 716.412/PR, Primeira Seção. Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 12.9.2007.

3. **Aplica-se ao caso a Súmula n. 435/STJ: 'Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente'.**

4. Recurso especial provido." (STJ, REsp 1.374.744/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 17/12/2013).

Havendo sido expressamente afirmada, no acórdão recorrido, a existência da referida certidão judicial, correto o deferimento do redirecionamento, em face do sócio-gerente da empresa originalmente executada, com base no art. 135, III, do CTN.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a e b**, do RISTJ, conheço do Agravo para conhecer em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **negar-lhe provimento.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sem honorários recursais. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

